

XI Encontro Nacional da APDR

**FLUXOS MIGRATÓRIOS NO ALGARVE E OS SEUS EFEITOS
NA ACTIVIDADE ECONÓMICA REGIONAL:
O Caso da Imigração Proveniente dos PALOP, do Brasil e da Europa de Leste**

Cecília Reis* **, Anabela Guerreiro* ***, Cláudia Silva* e Teresa de Noronha Vaz*

* Faculdade de Economia – Universidade do Algarve

** reis.cecilia@gmail.com

*** anabelapg@iol.pt

ABSTRACT

The immigration phenomenon in Portugal is driven by specific determinants such as the decolonisation of former Portuguese territories in Africa, as well as the process of political transitions which occurred recently in Eastern Europe.

In such areas the unbalance of the labour market was due to various factors: high demographic development rates, the reduced development level of labour posts, the existing political-military conflicts and repressive systems; the globalisation has promoted international migratory flows that have benefited from the development of transports and multimedia.

Considering the advantages for economic growth upcoming from labour intensifications, our work analyses the immigration flows to Algarve and respective consequences using questionnaires which have been made to PALOP, Brazil and Eastern Europe citizens.

The resulting conclusions are based also in secondary data obtained from the INE (National Statistics Institute) and SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). They indicate economic and social signals of integration and mostly a positive impact.

1. Introdução

1.1. Causas da Imigração e Factores Condicionantes na Escolha de Portugal como País de Destino

O fenómeno da imigração em Portugal prende-se com situações específicas, como a descolonização dos antigos territórios portugueses em África no período 1974 a 1975, e com um processo de crescimento económico e de transição social, demográfica e política verificado a partir dos anos 70 nos países da Europa do Sul.

O crescimento da imigração deveu-se aos factores de repulsão dos países emissores de imigrantes, em termos de desequilíbrios entre a oferta de trabalho, uma vez que as taxas de crescimento demográfico são elevadas e o nível de crescimento dos postos de trabalho é reduzido, conflitos político-militares e sistemas de repressão existentes; a globalização dos movimentos migratórios internacionais, bem como a expansão dos meios de transporte e das comunicações.

Em relação aos países de destino, distinguem-se os seguintes factores: a proximidade geográfica em relação aos países de origem; a proximidade institucional, cultural e linguística resultante da existência de laços coloniais entre alguns países do Sul e os seus principais fornecedores de imigrantes (brasileiros e cidadãos dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa); o reforço dos controlos sobre a imigração tradicional proveniente de países em vias de desenvolvimento, em países como a Alemanha, a França ou o Reino Unido, levando a que muitos imigrantes optassem por novos destinos na Europa do Sul, especialmente após a adesão da Grécia, de Portugal e da Espanha à UE; o processo de transição demográfica dos países da Europa do Sul, os quais registaram um declínio acentuado das taxas de fecundidade; o crescimento económico; e o processo de reestruturação das economias, nomeadamente no mercado de trabalho, dos países da Europa do Sul.

Figura 1.1 – Evolução de alguns indicadores económicos (%)

País	Taxa de crescimento anual do PNB real (1980-1990)	Taxa de crescimento anual do PNB por habitante (1965-1990)	Taxa de crescimento anual do PNB por habitante (1980-1990)
Espanha	3,1	4,1	2,7
Grécia	1,2	4,8	0,8
Itália	2,4	3,2	2,2
Portugal	3,0	4,6	2,4
Alemanha	2,2	3,0	2,2
Bélgica	1,4	3,6	1,2
Dinamarca	2,1	2,2	2,1
França	2,2	3,7	1,7
Holanda	1,9	2,7	1,4
Irlanda	1,4	2,8	1,1
Reino Unido	2,7	2,0	2,5

Fonte: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1996.

A evolução dos fluxos migratórios dirigidos para os países comunitários do Sul é efeito da sua nova posição na divisão internacional do trabalho. Os ritmos de crescimento acentuaram-se com os processos de industrialização desde as décadas de 50 e 60, e o aumento do grau de abertura ao exterior dos países da Europa do Sul. Nestes, com os apoios financeiros dos fundos estruturais para se modernizarem, tem sido fomentado uma gradual alteração dos sistemas produtivos, desenvolvendo-se o sector dos serviços, o uso de novas tecnologias e a mobilidade do capital, mais especificamente a nível interno. Os aspectos referidos vão dar origem a uma polarização da procura de activos estrangeiros (Wirth M., 1991), em que existe um contingente relevante de profissionais com elevados níveis de qualificação necessários ao rápido processo de modernização da sociedade, e um crescimento no número de migrantes laborais provenientes de países do Terceiro Mundo, com baixos níveis de qualificação. Este contingente, para além de ter procurado novos destinos como consequência das restrições impostas à imigração por parte dos países do Norte e Centro da Europa, veio responder às novas exigências do mercado de trabalho dos países da Europa do Sul, implicando maior flexibilidade da mão-de-obra e a sucessiva substituição dos trabalhadores autóctones nos segmentos menos valorizados.

Wirth e Korner também referem que a concentração de estrangeiros no sector de serviços está relacionada com a expansão da economia subterrânea nos diversos países meridionais (Salt, J., 1994), destacando-se o terciário informal (empregadas domésticas e vendedores ambulantes, por exemplo).

Assim, conclui-se que a actual imigração para a Europa do Sul é qualitativa, no sentido de existir maior número de técnicos e pessoal qualificado, concentração de activos no terciário e maior diversificação das origens; e quantitativa. Este contexto que caracteriza a imigração em direcção aos países comunitários meridionais, levou a que Barsotti e Lecchini (Barsotti, O., 1989) fizessem referência ao caso dos trabalhadores de países do Terceiro Mundo em Itália, como uma imigração de tipo pós-industrial.

1.2. Evolução da Legislação no Domínio da Nacionalidade. Regulação da Imigração em Portugal

A legislação em relação à nacionalidade sofreu várias alterações, as quais serão seguidamente sintetizadas.

Em termos político-institucional e jurídico, em 1974 surgiu a Lei n.º 2098 de 29 de Julho de 1959, no qual era estabelecido que tinham o direito legal à nacionalidade portuguesa, os nascidos nas ex-colónias. Mas, devido às consequências negativas ao nível económico e social, em 1975, é criado o Decreto-Lei n.º 308 – A/75 de 24 de Junho, o qual restringia a manutenção da nacionalidade portuguesa aos residentes nas ex-colónias mas que tivessem nascido em Portugal ou tivessem ascendência portuguesa. No artigo 2.º do mesmo DL, é referido que as pessoas nascidas nas ex-colónias de ascendência africana e que fossem residentes em Portugal há mais de 5 anos poderiam manter a nacionalidade portuguesa, bem como esposa e descendentes. Este DL regulamenta o acesso à nacionalidade portuguesa em “casos especiais”, colocando fora do âmbito da legislação geral uma parcela dos residentes estrangeiros que já se encontravam no país entre 1975 e 1980.

Foi criada a maior comunidade imigrada em Portugal, composta na sua maioria por pessoas de origem africana e retornados das ex-colónias. Os motivos eram essencialmente a reunificação familiar e a imigração laboral, a qual acentuou-se ainda mais após a adesão de Portugal à CEE em 1986, uma vez que aumentou o volume de fundos estruturais direccionados para a construção e obras públicas, gerando, deste modo, novas oportunidades de trabalho para mão-de-obra não qualificada.

Em 1981 entram em vigor o Decreto-Lei n.º 264 – B/81 e o Decreto-Lei n.º 37/81. O primeiro estabelecia uma tipologia dos vistos passíveis de serem concedidos pelas embaixadas e consulados portugueses no estrangeiros e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em território nacional, das autorizações de residência e aspectos do processo de expulsão de estrangeiros de Portugal, bem como a aplicação de coimas às empresas que transportassem estrangeiros sem documentação devida. O segundo decreto-lei mencionado, dizia respeito ao abandono do princípio *jus soli* que prevaleceu na legislação portuguesa durante mais de um século, em prejuízo do princípio de *jus sanguinis*. Então, a aquisição automática da nacionalidade portuguesa dos nascidos em território nacional passou a estar dependente de os pais serem cidadãos portugueses ou, na situação de filhos de cidadãos estrangeiros, de os pais residirem legalmente há mais de 6 anos em Portugal.

No ano de 1993, a Lei dos Estrangeiros foi revogada, sendo substituída pelo Decreto-Lei n.º 59/93 de 3 de Março, como resultado da entrada de Portugal na CEE em 1986 e no espaço Schengen.

Em 1994, a alteração da Lei da Nacionalidade (Lei n.º 25/94 de 19 de Agosto) levou a que as novas limitações aplicáveis aos cidadãos que não são nacionais de países de expressão portuguesa, não poderiam ser atribuídas à assinatura do Tratado de Schengen por parte de Portugal¹, em sentido contrário, a sua aplicação deveria ser equacionada através de uma alteração na política dos partidos no poder.

Contrariamente ao que vigora na maioria dos países da União Europeia (UE), pelo facto de a maioria dos imigrantes em Portugal serem nacionais de países europeus, do Brasil ou dos PALOP, a legislação geral acerca da imigração não se aplica em toda a sua amplitude à maioria dos estrangeiros residentes no país.

Os imigrantes de países europeus, sendo a maioria de países da UE, ficam ao abrigo de uma legislação especial; os brasileiros, de uma legislação específica que estabelece a igualdade de direitos (Estatuto Geral de Igualdade de Direitos e Deveres); e os cidadãos dos PALOP, podem beneficiar de acordos bilaterais em matéria de reciprocidade de direitos assinados com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Deste modo, apercebemo-nos que a população estrangeira residente em Portugal, na sua maioria, está excluída da legislação geral regulamentadora das migrações.

É ainda de referir que, no artigo 15.º da Constituição da República Portuguesa, os estrangeiros que legalmente vivem no país beneficiam dos direitos de cidadania (humanos, sociais e económicos), com excepção dos políticos. E até mesmo nestes últimos, têm ocorrido alterações, devido aos acordos da UE e acordos bilaterais, tal como a possibilidade do direito de voto em eleições locais.

A principal forma de regulação de fluxos de imigração utilizada pelo governo português, relaciona-se com a maior restrição à concessão de vistos, sendo que os cidadãos oriundos do Brasil e PALOP não podem entrar no país sem este documento.

Deste modo verifica-se que o quadro legal actual não permite um controlo rigoroso das entradas de estrangeiros. Apenas permite a expulsão, quando é detectada uma permanência no país em situação irregular². Como estas são numericamente pouco significativas, é possível assumir a atitude dos governos portugueses como de “*Laissez faire, laissez passer*”, em relação ao controlo da imigração.

¹ O parlamento português ratificou o Tratado de Schengen em 1993.

² As leis relativas à entrada, permanência e expulsão incluem a permanência no território em situação irregular nos motivos de expulsão.

1.3. Estudos Publicados sobre a Imigração

No âmbito social e científico, os estudos sobre a imigração para Portugal realizados na década de 80 são escassos, até mesmo os relacionados com a presença de minorias étnicas em Portugal. Encontra-se um trabalho de Roque Amaro (1985 e 1986) sobre a comunidade africana cuja instalação em Portugal se inicia ainda durante os anos 60: a cabo-verdiana.

Em 1985, um relatório do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa referia-se às deficientes condições de trabalho em que os trabalhadores cabo-verdianos da construção civil se encontravam, nomeadamente ao nível do pagamento de salários inferiores aos da sua categoria profissional, da existência de fraudes contratuais e das más condições de higiene e segurança no trabalho (França, L., 1992).

Nos inícios da década de 90 é publicado um estudo sob a organização de Maria do Céu Esteves, *Potugal, País de Imigração*, que sintetizava aspectos relacionados com a imigração para Portugal, quer ao nível de ciclos de emigração e imigração, como na caracterização das comunidades imigradas, das suas condições de vida e da legislação em vigor. Neste trabalho sobre Portugal baseou-se um outro estudo sobre a imigração para a Europa do Sul editado no suplemento n.º 1/91 da *Europe Sociale* (Commission des Communautés Européennes, 1991), dirigido por Manfred Wirth e Heiko Korner.

Nos anos que se seguiram, multiplicaram-se os estudos relacionados com a imigração e com as comunidades imigradas em Portugal, como são exemplos: *Immigrant insertion in the informal economy – The portuguese case* (1996) e *Immigration in Southern Europe* (1997) de M. I. Baganha; *Etnicidade em Portugal – Aproximação ao caso guineense* (1991), *Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade* (1994) e *Contornos e especificidades da imigração em Portugal* (1997) de F. L. Machado; *Imigrantes na região de Lisboa: os Anos da mudança – Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana* (1996) e *Urban restructuring, immigration and the generation of marginalised spaces in the region of Lisbon* (1997) de J. M. Malheiros; *A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução* (1993) de J. Peixoto; *Immigration in Portugal – A typology essay* (1993) de R. P. Pires; *Portugal: the new framework of migration policies* (1993) de M. B. Rocha-Trindade; e *Identidades reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal* (1997) de A. Saint-Maurice. Foi publicada nova legislação e

introduziram-se modificações naquela que não foi revogada, criaram-se órgãos governamentais e “gabinetes” específicos para tratarem dos assuntos da imigração e das minorias étnicas³.

Os estrangeiros legais representam menos de 2% de entre a população portuguesa, valor muito inferior ao dos grandes países de imigração da UE, onde os valores conseguem ultrapassar os 6%, como é o caso da Alemanha ou da França.

2. Enquadramento

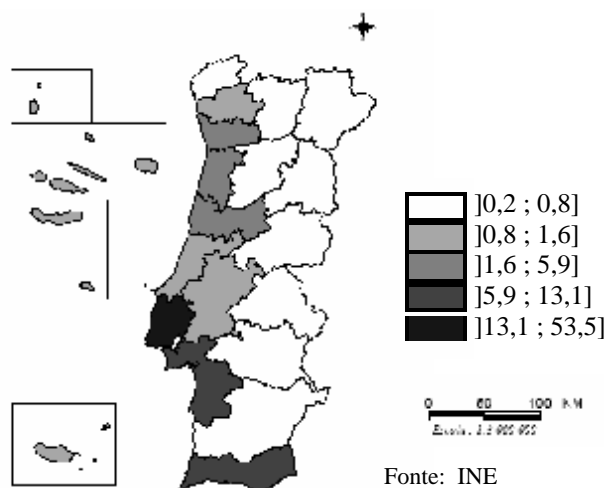
2.1. A Situação da Imigração no Algarve

Portugal, durante várias décadas, foi considerado um país de emigrantes, o que ainda se verifica actualmente. Esta tendência tem vindo a alterar-se, dado que nos últimos anos, tem-se tornado num país de destino para imigrantes.

Através da análise efectuada aos dados recolhidos a nível regional, verificou-se uma intensificação dos fluxos imigratórios nos grupos que definimos, essencialmente a partir dos anos 90.

Relativamente à distribuição geográfica da população estrangeira residente em Portugal, actualmente, é possível afirmar que esta se concentra essencialmente no litoral do país. De acordo com o INE, no ano de 2003, mais de metade da população estrangeira residia no distrito de Lisboa (53,5%), seguindo-se os distritos de Faro e Setúbal com 13,1% e 10,6%, respectivamente.

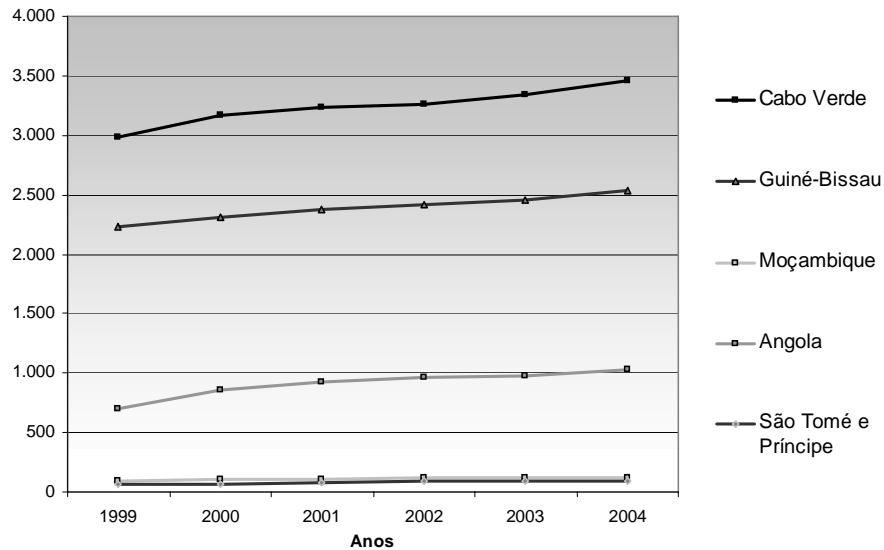
Figura 2.1.1. - Distribuição geográfica da população estrangeira residente, em 2003 (%)



³ O Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, na dependência directa do primeiro-ministro, foi criado em Fevereiro de 1996 e, no mesmo ano, foi criada a Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense (organismo interministerial).

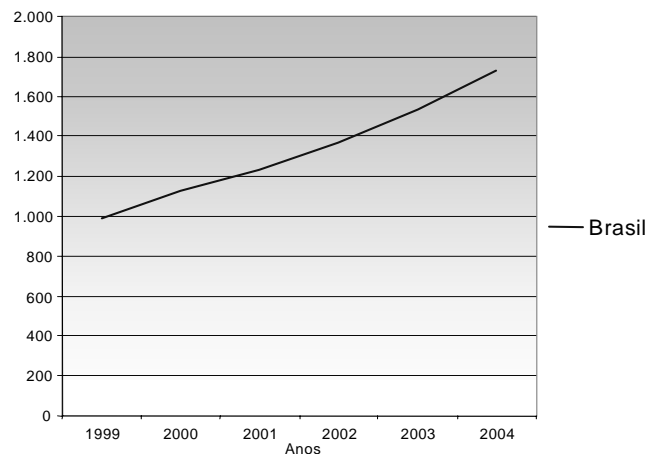
Na figura 2.1.2. verificou-se um ligeiro aumento do número de residentes de imigrantes provenientes dos PALOP no período 1999 - 2004, apesar do seu maior impacto ter ocorrido nos finais dos anos 70 e inícios dos anos 80, aquando do processo de descolonização.

Figura 2.1.2. – Evolução da população proveniente dos PALOP, residente na região do Algarve de 1999 a 2004



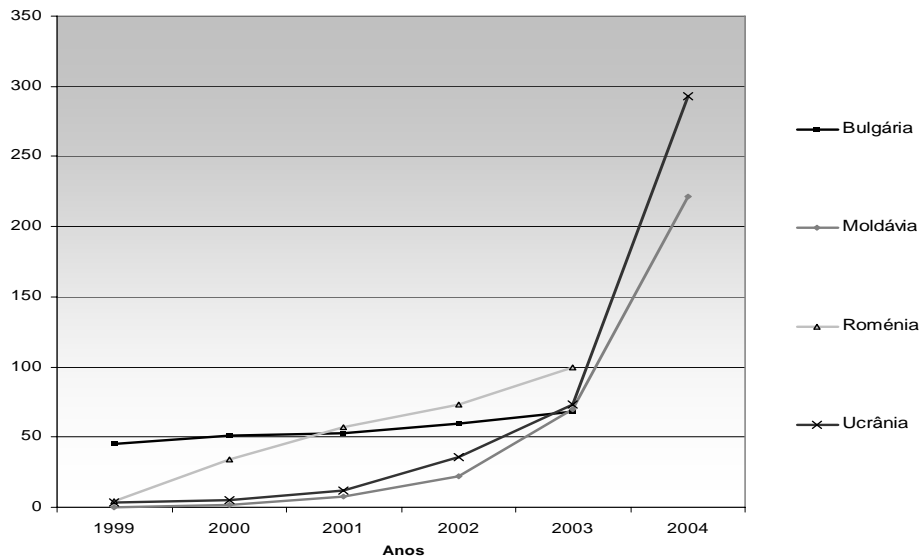
Na figura seguinte, continua-se a constatar um aumento, de um modo mais acentuado, do número de imigrantes oriundos do Brasil, num igual período de tempo.

Figura 2.1.3. – Evolução da população proveniente do Brasil, residente na região do Algarve de 1999 a 2004



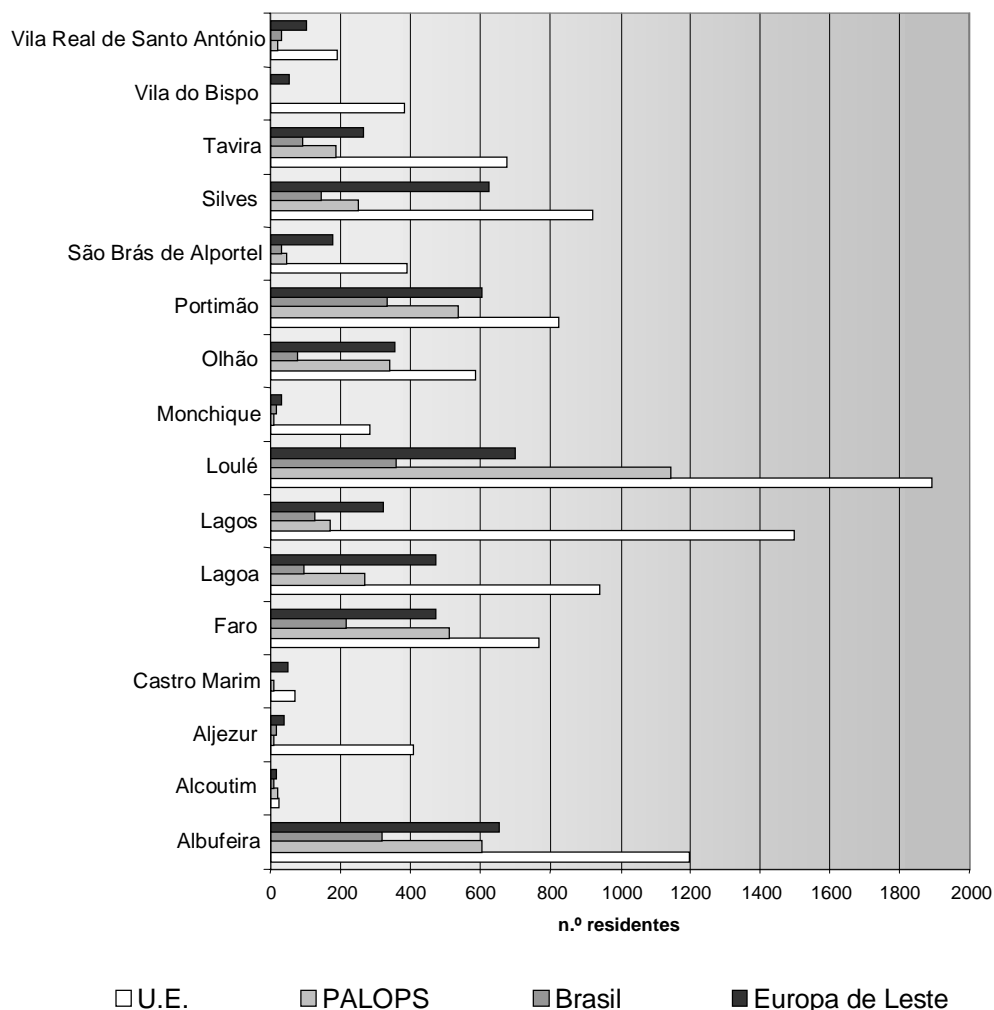
Relativamente aos imigrantes de países da Europa de Leste, é possível analisar a ocorrência de um grande “boom” de imigração, sobretudo a partir de 2003.

Figura 2.1.4. – Evolução da população proveniente de países da Europa de Leste, residente na região do Algarve de 1999 a 2004



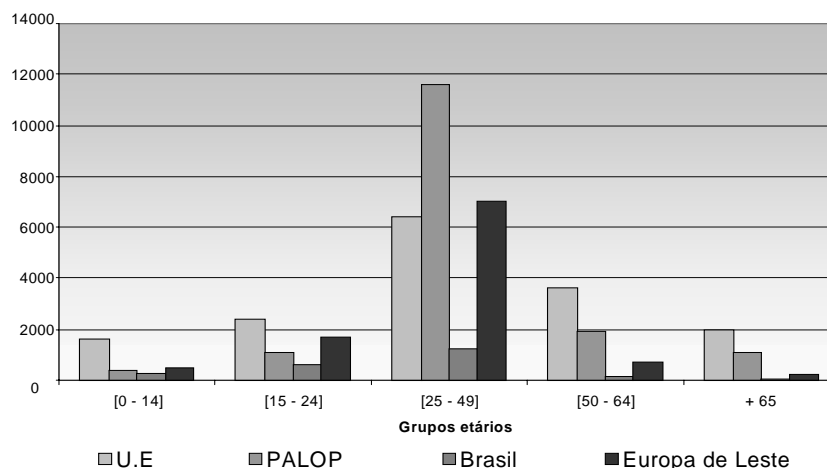
Uma vez conhecido o número de imigrantes, é relevante fazer uma análise mais pormenorizada, de modo a entender a sua distribuição espacial. Assim, de acordo com a figura que a seguir se apresenta, existe um elevado número de imigrantes provenientes de países da Europa dos 15, nomeadamente nos concelhos de Loulé, Lagos e Albufeira. Estes, numa primeira fase terão vindo para o Algarve por razões de turismo, acabando por se estabelecerem na região. É também nos concelhos de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro, que existe um maior número de residentes imigrantes dos PALOP e do Brasil. De países da Europa de Leste, os imigrantes têm-se estabelecido mais uniformemente na região.

Figura 2.1.5. – População residente⁴ por concelhos do Algarve e por nacionalidade em 2001



A distribuição dos imigrantes originários dos PALOP, do Brasil e da Europa de Leste, de acordo com o sexo, verifica-se o predomínio de indivíduos do sexo masculino entre 60 a 75%. No mesmo contexto, mas fazendo referência aos imigrantes dos 15 países da União Europeia, a percentagem de homens e mulheres é equitativa. Tal poderá ser explicado, por se tratar de um tipo de imigrantes diferente dos anteriores, cuja razão da sua vinda para a região não foi motivada pela procura de trabalho e de melhores condições de vida.

⁴ O INE considera um indivíduo de nacionalidade estrangeira como residente, independentemente de estar ou não em situação regular em Portugal, habitar um alojamento a maior parte do ano, só ou com a família, ou aí deter a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Figura 2.1.6. – População residente, segundo o grupo etário e nacionalidade no Algarve em 2001

2.2. Definição dos Objectivos

Neste estudo pretendemos analisar três grupos de imigrantes que entendemos ser os mais relevantes e que maiores impactos têm provocado na região algarvia: os originários dos PALOP, do Brasil e de países da Europa de Leste.

Assim, os principais objectivos do presente trabalho são:

- entender as principais causas que originam a imigração dos grupo de países referidos para Portugal, essencialmente ao nível da região do Algarve;
- compreender a evolução da economia e a transição política que o país tem sofrido nos últimos anos, aquando da intensificação deste fenómeno, bem como os impactos no mercado de trabalho nacional;
- revelar o nível quantitativo, a qualificação profissional e as condições de vida dos imigrantes em questão;
- mencionar as suas perspectivas relativamente às suas condições familiares e de trabalho, através de uma profunda análise económica e social desta problemática.

2.3. Descrição do Método e Caracterização da Amostra

Para cumprir os objectivos acima referidos, recorreremos à análise de estudos existentes sobre este fenómeno da imigração, bem como de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Procedeu-se à realização de um inquérito, cujo objectivo central foi o de analisar e compreender o comportamento económico-social dos imigrantes provenientes dos grupos pré-definidos.

O universo é composto por imigrantes provenientes dos PALOP, Brasil e de países da Europa de Leste residentes na região do Algarve.

Uma vez que os inquéritos seriam realizados pelos autores, devido a limitações de natureza temporal e financeira, foi estabelecida uma meta de 100 inquéritos na região efectuados aleatoriamente nos diversos grupos, tendo sido realizados 85% destes, no período de 27 de Novembro a 11 de Dezembro de 2004.

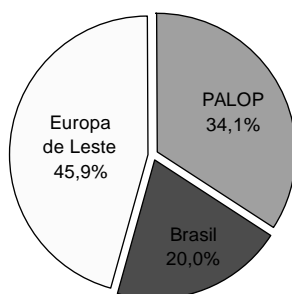
A informação recolhida dos inquéritos foi sujeita a um tratamento de estatística descritiva, através do cálculo de frequências, de análises bidimensionais e *crosstabs*.

Apesar da amostra não ser representativa, considerámos ser significativa para o tipo de conclusões pretendidas, até porque, o contacto directo com os inquiridos, possibilitou uma maior sensibilidade nas respostas dadas.

Dado a pequena dimensão da amostra, ocorrerão alguns enviesamentos, os quais serão referidos ao longo do trabalho, quando justificados.

Na figura seguinte, é apresentada uma distribuição quantitativa que nos dá conta proveniência dos inquiridos: da Europa de Leste, nomeadamente da Roménia, Ucrânia, Moldávia e Bulgária. Seguido dos PALOP, principalmente de Cabo-Verde e Guiné-Bissau.

Figura 2.3.1. – Composição da amostra



Para os grupos dos PALOP e dos países da Europa de Leste, verificou-se que cerca de 80% dos inquiridos são do sexo masculino. No caso do Brasil, a disparidade do género não se verifica (47%). Comparativamente aos dados recolhidos no SEF, os resultados obtidos com a amostra não conduziram a divergências significativas relativamente aos imigrantes residentes do Brasil e da Europa de Leste.

No caso dos imigrantes dos PALOP, os dados oficiais apontam para uma percentagem inferior, em cerca de 19 pontos percentuais (p.p.).

As idades médias dos inquiridos situam-se entre os 30 e os 35 anos. No grupo dos PALOP, cerca de 66% têm idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. Por sua vez, os brasileiros inquiridos distribuem-se de uma forma mais homogénea pelos escalões etários. Os imigrantes de Europa de Leste, situam-se, maioritariamente, no grupo correspondente à média. Estes dados revelam o perfil tradicional do imigrante laboral.

Relativamente à distribuição geográfica da amostra, os concelhos onde a recolha de informação foi mais intensa foram os de Loulé e Faro. De referir que os imigrantes provenientes do Brasil e de países da Europa de Leste localizam-se maioritariamente no concelho de Loulé (64,7% e 53,8%, respectivamente), por sua vez, os oriundos dos PALOP, situam-se de uma forma mais homogénea por estes dois concelhos.

As respostas referentes à situação legal, apesar de a sua veracidade estar sujeita a alguma incerteza, relacionada com a natureza delicada da própria questão, revelam que a maioria (82%) dos indivíduos declararam ter a sua situação regularizada. De qualquer modo, conclui-se que à medida que o tempo de residência aumenta, o número de imigrantes legalizados também aumenta, como seria de esperar. Actualmente, o processo de legalização parece continuar a ser difícil e moroso para grande parte dos imigrantes.

Quando questionados acerca da sua situação familiar, constatámos que à medida que se vão estabelecendo no país de acolhimento, vai aumentando o número daqueles que têm a sua família (companheiro(a) e filhos) residindo junto de si. Relativamente aos indivíduos que não têm família constituída (51,8%), quando inquiridos sobre a pretensão de constituírem família em Portugal, cerca de 62,9% responderam afirmativamente.

3. Análise Económica

O inquérito permitiu a criação de critérios que permitissem avaliar a realidade económica actual vivida pelos imigrantes dos vários grupos pré-definidos. Através da análise das suas profissões, quer na região, quer no seu país de origem será possível comparar a sua permanência, ou não, nos sectores de actividade. Ao nível da escolaridade; pretende-se comparar os níveis de escolaridade entre os grupos imigrantes

e conhecer a frequência destes com formação superior, mesmo que não completa. Também será dado algum destaque à relação existente entre os níveis de rendimento, as condições de habitabilidade e a sua distribuição pelos vários concelhos da região. O comportamento do imigrante como consumidor terá em conta os locais de compra dos produtos alimentares e de outros tipos de bens.

3.1. Profissão

Uma primeira ilação a retirar dos dados disponíveis, é o de que o sector de actividade onde se verifica uma maior concentração de imigrantes é o da construção civil. É de salientar um possível enviesamento da amostra relativamente ao sector agrícola, devido ao carácter particular do horário de trabalho dos imigrantes neste sector não ser compatível com o da realização dos inquéritos.

Como se apura na figura seguinte, os imigrantes provenientes dos PALOP centram-se nos sectores da construção civil e no sector estudantil⁵, com o mesmo valor percentual para ambos. A importância deste último sector advém da proximidade linguística e cultural, bem como das relações históricas construídas entre Portugal e as suas ex-colónias. No grupo dos brasileiros, contrariamente ao que se verifica nos outros grupos, existe uma maior concentração no sector dos serviços, seguido pelo sector da construção civil. Os imigrantes oriundos de países da Europa de Leste encontram-se essencialmente nos sectores da construção civil, dos serviços e de mecânica/transportes.

Figura 3.1.1. – Profissão no país de acolhimento

Unidade: %

Profissão	País	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Total
Construção Civil ⁶		41,4	23,5	48,7	41,2
Mecânica / Transportes ⁷		3,4	11,8	15,4	10,6
Restauração		6,9	11,8	5,1	7,1
Agricultura		0	0	7,7	3,5
Serviços		3,4	29,4	17,9	15,3
Educação		0	5,9	0	1,2
Estudante		41,4	5,9	0	15,3
Outros		0	11,8	5,1	4,7
Desempregado		3,4	0	0	1,2
Total		100,0	100,0	100,0	100,0

⁵ No sector estudantil agrupam-se os indivíduos que imigraram para Portugal no intuito de completar os seus estudos, independentemente de poder desempenhar outras actividades.

⁶ Neste sector de actividade incluem-se as seguintes profissões: pedreiro, servente, ladrilhador, armador de ferro, carpinteiro de cofragem, carpinteiro, pintor electricista.

⁷ Neste sector de actividade incluem-se as seguintes profissões: mecânico, electromecânico, soldador, borracheiro, motorista e camionista.

Comparativamente à actividade desempenhada pelos imigrantes no seu país de origem, verifica-se uma maior dispersão na sua distribuição pelos sectores de actividade, nos diferentes grupos estudados.

Recorrendo à figura 3.1.2., é possível afirmar, em relação ao grupo dos PALOP e Brasil, a coincidência entre as actividades exercidas no país de acolhimento e no de origem. Nos imigrantes provenientes da Europa de Leste, os sectores de actividades onde mais se concentravam eram os de mecânica/transportes, construção civil e educação.

Figura 3.1.2. – Profissão no país de origem

Unidade: %

Profissão	País	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Total
Construção Civil		20,7	11,8	17,9	17,6
Mecânica / Transportes		6,9	11,8	28,2	17,6
Restauração		0	11,8	0	2,4
Agricultura		0	0	5,1	2,4
Saúde		6,9	5,9	2,6	4,7
Serviços		10,3	23,5	2,6	9,4
Educação		3,4	11,8	12,8	9,4
Estudante		34,5	5,9	10,3	17,6
Outros		3,4	5,9	17,9	10,6
Desempregado		3,4	11,8	2,6	4,7
NS/NR		10,3	0	0	3,5
Total		100,0	100,0	100,0	100,0

Numa análise à permanência dos imigrantes nos sectores de actividade, do seu país de origem para o país de acolhimento, comprovou-se que cerca de 93% dos imigrantes permaneceu no ramo da construção civil; seguido dos estudantes no valor de 53%; e verifica-se a permanência de 47% dos indivíduos no sector de mecânica/transportes.

É necessário fazer referência ao sector da saúde, no qual os indivíduos que exerciam funções nesta área no seu país de origem, não permaneceram na mesma no país de destino.

3.2. Escolaridade

Numa análise mais detalhada a estes grupos de imigrantes, relativamente à sua instrução, os indivíduos provenientes da Europa de Leste parecem ser os mais instruídos, uma vez que 79,5% dos inquiridos possui um nível de escolaridade equiparado ao Secundário, Superior e cursos profissionais, sendo que em relação ao

primeiro, encontram--se mais de metade dos indivíduos. Para os níveis Secundário e Superior, deparamo-nos com 58,8% de brasileiros e 65,5% dos PALOP.

Figura 3.2.1. – Níveis de escolaridade por grupos.

Unidade: %

País	PALOP	Brasil	Europa de Leste	Total
Escolaridade				
Analfabeto	3,4	0	0	1,2
Primário	20,7	17,6	0	10,6
Básico	3,4	11,8	12,8	9,4
Preparatório	6,9	11,8	7,7	8,2
Secundário	37,9	35,3	53,8	44,7
Superior	27,6	23,5	15,4	21,2
Outros	0	0	10,3	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

No grupo dos PALOP, considerámos importante a sua divisão em dois segmentos. Um primeiro, onde cerca de 21% dos indivíduos apresentam um nível de escolaridade primário, sendo este o único grupo a apontar para uma percentagem de indivíduos sem qualquer nível de instrução (3,4%); e um segundo segmento, no qual 27,6% dos imigrantes já finalizaram ou estão a terminar o ensino superior, e 37,9% terminaram o ensino secundário⁸. Este aspecto é reflexo do número de inquiridos que imigraram com a finalidade de completar os seus estudos.

Baseando-nos no imigrantes brasileiros, concluímos que estes se encontram distribuídos de uma forma mais difusa pelos vários níveis de escolaridade, predominando o secundário (35,3%).

Relativamente aos países de Leste, como referimos anteriormente, estes são os que apresentam graus de instrução mais elevados, concentrando-se uma maioria no nível de escolaridade secundária e profissional. É de salientar que, neste grupo, nenhum dos inquiridos revelou ter níveis de instrução inferiores ao ensino básico.

3.3. Rendimento

Em termos de rendimento, os grupos encontram-se em intervalos diferentes, predominando 34,5% de imigrantes dos PALOP num intervalo entre 350 a 500 euros, 23,5% de imigrantes brasileiros num intervalo entre 500 a 750 euros e, por último, o

⁸ Neste aspecto, é necessário salientar que alguns destes encontram-se a frequentar o ensino superior.

grupo que maiores níveis de rendimento possui, com cerca de 31%, são os imigrantes da Europa de Leste, com um rendimento situado entre 750 a 1000 euros.

Comparando os níveis de rendimento com os de escolaridade, é perceptível que os grupos que apresentam maiores níveis de rendimento, são também aqueles que possuem maiores níveis de escolaridade.

Quando analisada a comparação entre o rendimento mensal do agregado familiar e a propriedade da habitação, cerca de 80% dos indivíduos inquiridos, independentemente do escalão de rendimento onde se integram, vivem em habitações alugadas, maioritariamente nos concelhos de Loulé (81,8%) e de Faro (76,5%).

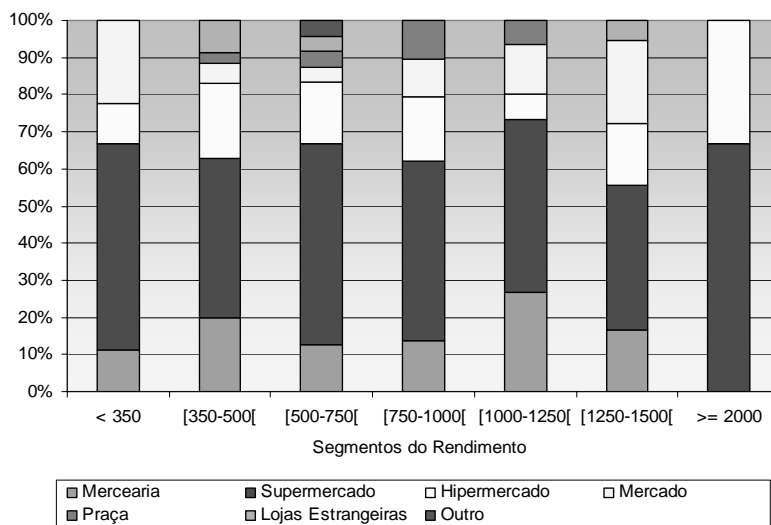
Relativamente aos níveis de rendimento dos imigrantes nestes concelhos, apura-se a predominância de 50% dos imigrantes residentes no concelho de Loulé como detentores de um nível de rendimento entre 500 e 1000 euros, por sua vez, no concelho de Faro, para o mesmo intervalo, temos 41,2%. Verifica-se igualmente uma tendência crescente para a existência de imigrantes com níveis de rendimento superiores a 1000 euros no concelho de Loulé, contrariamente ao de Faro, o qual tende para uma concentração da população imigrante com níveis de rendimento inferiores a 1000 euros.

3.4. Comportamento do Consumidor

Neste sub-capítulo pretendemos analisar o comportamento dos imigrantes como consumidores, para tal procedemos à análise de dados referentes aos locais preferenciais de aquisição de bens alimentares, em que outro tipo de bens gastam o seu rendimento mensal e onde os adquirem.

No que respeita à preferência dos imigrantes relativamente aos locais de compra dos produtos alimentares, é visível no gráfico seguinte, que independentemente do nível de rendimento, os imigrantes preferem adquirir os seus produtos alimentares em supermercados, nomeadamente no LIDL e no MINIPREÇO. Apesar de já existirem várias lojas estrangeiras, a sua afluência não é muito significativa.

Figura 3.4.1. – Comportamento do consumidor de acordo com os locais de compra dos produtos alimentares.



Numa observação mais minuciosa, apurou-se que os grupos de imigrantes que apresentam uma maior diversificação nas suas escolhas são os dos PALOP e dos países de Leste. O grupo do Brasil demonstra uma maior preferência pelos supermercados e hipermercados.

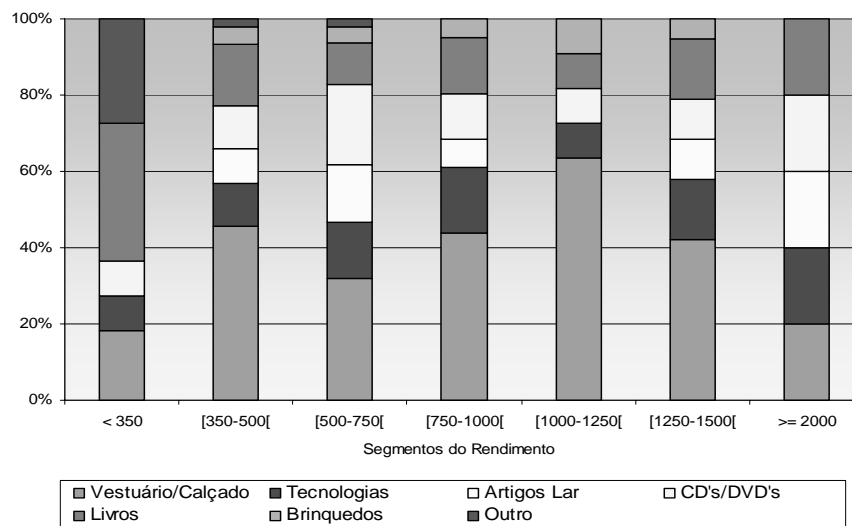
Respeitante ao comportamento do imigrante como consumidor na aquisição de outros tipos de bens verifica-se um acréscimo da quantidade consumida de peças de vestuário e de calçado, à medida que o seu rendimento também aumenta. É de referir que tal facto ocorre em todos os grupos de países. Na figura 3.4.2., convém salientar que a aparente descida nos sectores de rendimento superiores a 1.250 euros advém do facto de os indivíduos destes segmentos, na amostra, terem sido em menor número, logo poderão não representar uma frequência suficientemente significativa.

Ao nível da aquisição de tecnologias e de bens de entretenimento, nomeadamente CD's e DVD's, conclui-se que a proporção do rendimento despendida na aquisição destes tipos de bens, independentemente do rendimento, é relativamente semelhante, com um valor médio de 13,9%. O grupo que admite adquirir mais CD's e DVD's são os brasileiros numa percentagem de 47,1.

No primeiro segmento (rendimento mensal inferior a 350 euros) apresentado, é visível o peso de despesas relacionadas com livros dado as características dos inquiridos deste segmento serem essencialmente estudantes. Verifica-se também neste sector uma elevada percentagem no que corresponde à aquisição de outros tipos de

produtos, sendo aliás o segmento que mais se destaca. Outro aspecto que se verifica é que os grupos de imigrantes que mais se diferenciam na aquisição de livros são os provenientes dos PALOP e do Brasil, dado a proximidade linguística.

Figura 3.4.2. – Comportamento do consumidor de acordo com o tipo de produtos adquiridos (excluindo os produtos alimentares).

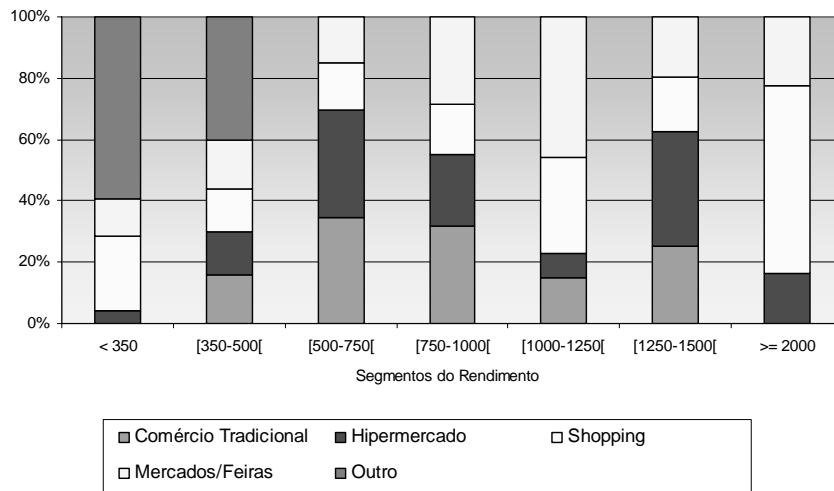


Quanto aos locais de compra destes mesmos bens, nenhum grupo prefere, como primeira opção, o nosso comércio tradicional, sendo visível que o grupo que mais compra neste local, apesar de em pouca quantidade, ser os imigrantes dos PALOP. Um número relativamente pequeno de imigrantes adquire bens neste tipo de comércio, numa média de 14,5%, face ao número de imigrantes que utiliza principalmente os hipermercados e *shoppings* para efectuar as suas compras que é bastante superior, com um valor médio de 55,1%.

Existe uma disparidade entre as primeiras opções dos indivíduos dos PALOP e do Brasil relativamente aos de Leste, pois os primeiros preferem o *shopping*, enquanto que os de Leste limitam-se a adquirir esses mesmos produtos nos hipermercados.

É ainda possível referir que, independentemente do seu segmento de rendimento, os imigrantes que compram produtos em mercados e feiras são em média 27,4% (Figura 3.4.3.), destacando-se os imigrantes de Leste.

Figura 3.4.3. – Comportamento do consumidor de acordo com os locais de compra de outros produtos.



Em termos sucintos, ao nível do perfil do imigrante como consumidor, podemos dizer que este costuma realizar as suas compras de bens alimentares sobretudo em supermercados. Relativamente a outro tipo de bens, este adquire designadamente vestuário/calçado e tecnologias e utiliza os hipermercados e *shoppings* para o fazer.

4. Análise Social

Neste capítulo avaliou-se o imigrante em termos sociais, isto é, determinou-se o estrato social a que pertence, qual o seu nível de inserção na região, qual a sua situação perante o cidadão residente e que perspectivas este possui em relação ao futuro.

Numa análise mais pormenorizada pretendeu-se desenvolver aspectos resultantes de cruzamentos de variáveis relativas ao sexo, à idade, à profissão e ao rendimento de forma a caracterizar o tipo de imigrante que temos e como se distribui o seu rendimento segundo os atributos anteriormente referidos. Pretende-se ainda analisar a situação do imigrante em relação à presença da sua família em Portugal e às suas condições em termos de habitabilidade. Neste capítulo não podemos menosprezar o processo de inserção do imigrante na região relativamente ao acolhimento por parte da população residente e relativamente à compreensão e aprendizagem da língua portuguesa. É ainda feita uma auscultação às expectativas dos imigrantes relativamente à sua permanência na região do Algarve.

4.1. Distribuição do Rendimento

De acordo com o resultante na figura seguinte, independentemente do rendimento, a população predominante é masculina.

Figura 4.1.1. – Distribuição da amostra de acordo com o rendimento mensal

		Rendimento							NR	
		< 350	[350-500[[500-750[[750-1000[[1000-1250[[1250-1500[[1500-2000[>= 2000	NR
Sexo	Masculino	60,0	71,4	70,0	84,2	71,4	50	0	66,7	100,0
	Feminino	40,0	28,6	30,0	15,8	28,6	50	0	33,3	0
Idade	[18-20[20,0	4,8	5,0	0	0	0	0	0	50,0
	[20-25[20,0	23,8	25,0	10,5	0	12,5	0	66,7	0
	[25-30[40,0	19,0	15,0	10,5	0	12,5	0	0	50,0
	[30-35[20,0	14,3	5,0	26,3	42,9	25,0	0	0	0
	[35-40[0	9,5	20,0	26,3	42,9	12,5	0	33,3	0
	[40-45[0	4,8	20,0	5,3	0	37,5	0	0	0
	[45-50[0	19,0	2,0	10,5	14,3	0	0	0	0
	>= 50	0	4,8	10,0	10,5	0	0	0	0	0
Escolaridade	Analfabeto	0	4,8	0	0	0	0	0	0	0
	Primário	0	14,3	25,0	5,3	0	0	0	0	0
	Básico	0	19,0	5,0	10,5	0	0	0	33,3	0
	Preparatório	0	9,5	15,0	5,3	14,3	0	0	0	0
	Secundário	40,0	14,3	35,0	57,9	71,4	87,5	0	33,3	100,0
	Superior	60,0	23,8	20,0	21,1	0	12,5	0	33,3	0
	Outro	0	14,3	0	0	14,3	0	0	0	0
Profissão	Construção Civil	0	47,6	35,0	52,6	57,1	50,0	0	0	0
	Mecânica/Transportes	0	9,5	5,0	26,3	14,3	0	0	0	0
	Restauração	0	19,0	10,0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	10,0	0	14,3	0	0	0	0
	Serviços	0	4,8	20,0	5,3	14,3	50,0	0	66,7	0
	Educação	0	0	0	5,3	0	0	0	0	0
	Estudante	100,0	19,0	5,0	5,3	0	0	0	0	100,0
	Outros	0	0	10,0	5,3	0	0	0	33,3	0
	Desempregados	0	0	5,0	0	0	0	0	0	0

Destacam-se, ao nível do segmento de imigrantes com rendimento inferior a 350 euros, uma predominância em cerca de 80% de indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, 60% destes frequenta o ensino superior e na sua totalidade são estudantes.

Da população inquirida com rendimentos entre 350 e 750 euros, é mais difícil concluir acerca da predominância de indivíduos num determinado escalão etário e grau de escolaridade, pois estes encontram-se mais distribuídos, sendo conveniente salientar a existência de uma pequena percentagem de 4,8 de indivíduos analfabetos. Relativamente à profissão exercida, cerca de 41,3%, em média, encontra-se no sector da construção civil, 14,5% no sector da restauração e 12,4% no sector dos serviços.

Dos indivíduos inquiridos com rendimentos entre 750 e 1250 euros, verificou-se que estes têm uma idade compreendida entre os 30 e os 40 anos, em termos de escolaridade 64,7%, em média, possuem o secundário e em termos profissionais

distribuem-se essencialmente no ramo da construção civil (54,9%) e da mecânica e transportes (20,3%).

A informação retirada sobre os indivíduos com rendimentos compreendidos entre 1250 a 1500 euros, é a de que a maioria possui idades entre os 40 e os 45 anos, cerca de 87,5% possui o secundário como nível de escolaridade e encontram-se equitativamente distribuídos pelos sectores da construção civil e dos serviços.

As conclusões acerca dos indivíduos com rendimentos superiores a 1500 euros não poderão ser mencionadas, uma vez que o reduzido número de imigrantes inquiridos com estes níveis de rendimento não nos permite tirar conclusões rigorosas.

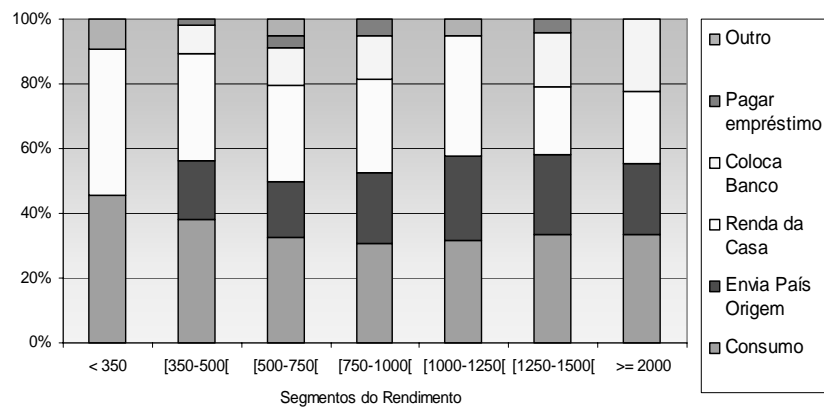
Verifica-se ainda que o número de indivíduos que possuem viatura própria aumenta à medida que o rendimento também aumenta.

Após as ilações retiradas anteriormente, podemos concluir que o estrato social em que o imigrante se insere é o de médio/baixo rendimento, foi verificado também que, uma vez comparado o seu rendimento com o nível de escolaridade, existe uma disparidade entre eles, o que nos leva a concluir acerca do preço baixo da mão-de-obra da grande maioria dos imigrantes. Dentro dos vários grupos, concluímos ainda que existe alguma discriminação em termos de remuneração, pois a grande parte dos imigrantes de Leste auferem salários superiores aos dos imigrantes dos PALOP dentro dos mesmos sectores de actividade, nomeadamente na construção civil.

A pesquisa não verificou um número de desempregados relevante que merecesse a nossa análise⁹.

Uma vez caracterizado o tipo de imigrante relativamente ao seu rendimento, convém fazer referência ao destino dado a este, pelo inquirido. Assim sendo, é visível na figura abaixo que, independentemente do nível de rendimento, o imigrante utiliza grande parte do seu rendimento para o seu próprio consumo, cerca de 35,02% e para a renda da casa, cerca de 30,89%.

⁹ No inquérito, apenas 1,2% dos inquiridos se encontrava em situação de desemprego.

Figura 4.1.2. – Distribuição do rendimento

Relativamente ao envio de dinheiro para o estrangeiro, verifica-se que à medida que o rendimento vai aumentando a percentagem de imigrantes que enviam parte do seu rendimento para o seu país de origem também aumenta. Verifica-se também um aumento do número de imigrantes que coloca parte do seu rendimento no banco ou que contraem empréstimos, à medida que o seu rendimento aumenta, com excepção do grupo com rendimentos entre os 1.000 e os 1.250 euros, que não acusou, no inquérito, qualquer tipo de relação com as entidades bancárias.

No segmento de indivíduos com rendimentos inferiores a 350 euros, o elevado número de respostas na opção “Outro”, comparativamente com o dos outros segmentos, advém do facto de estes, na sua maioria, apresentarem despesas com a educação, nomeadamente o pagamento de propinas.

4.2. Família

Neste tema procurou-se compreender a estrutura do agregado familiar dos imigrantes na região algarvia.

Dos inquiridos, 54,1% têm companheiro, e destes, 56,6% têm os companheiros a residir consigo. Relativamente aos filhos, os cerca de 58,9% que possuem filhos, 46% destes residem em Portugal. Assim, dos imigrantes que têm filhos, na sua maioria têm apenas um filho (52,2%), cerca de 21,7% têm dois filhos e 26,1% têm três ou mais filhos.

Deste modo é possível definir a estrutura do agregado familiar dos imigrantes no Algarve, como uma família clássica, composta pelos pais e por um filho.

4.3. Integração no Meio

Averiguadas as condições de habitabilidade dos imigrantes na região, bem como, os aspectos relativos à sua inserção, quer ao nível do acolhimento por parte da população residente, quer relativamente à facilidade de adaptação ao estilo de vida e à aprendizagem da língua, conduziram o seguinte relativamente às suas condições de vida.

Independentemente do rendimento mensal dos inquiridos, todos partilham a habitação numa média de 71,8%, contudo, à medida que o rendimento aumenta, assiste-se a uma descida do número de imigrantes que partilham a habitação com outros indivíduos.

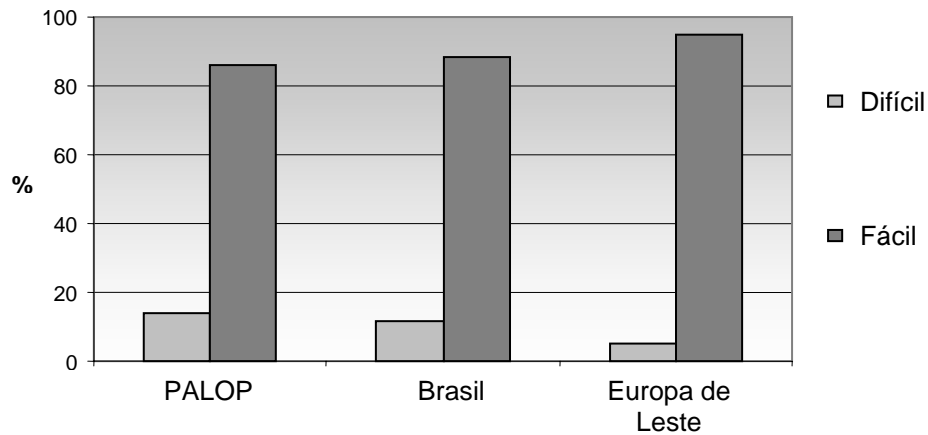
A maior parte dos imigrantes residem em apartamentos (43,5%), e cerca de 34,1% referiram residir em casas. Outra opção colocada no inquérito foi a possibilidade de habitar em vivenda, tendo respondido afirmativamente 9,4%. Convém referir a possível ambiguidade de resposta em relação aos conceitos “casa” e “vivenda”¹⁰.

Às condições relacionadas com as condições mínimas de habitabilidade, ou seja, se possuíam em suas casas electricidade, água canalizada, saneamento básico, água quente e WC com chuveiro, foram obtidas respostas positivas por parte de todos os inquiridos, apenas com as referências, por parte de alguns, acerca da pequena dimensão das habitações e do elevado preço destas. No entanto a procura de habitação por parte dos imigrantes não revela uma implicação significativa sobre os preços do imobiliário.

Praticamente todos os imigrantes se sentem bem acolhidos pela população, principalmente os de países da Europa de Leste (95%). Os imigrantes provenientes dos PALOP são os que ressentem uma maior discriminação, apesar de pouca, pois 13,8% acusaram ser alvo de alguma discriminação por parte da população.

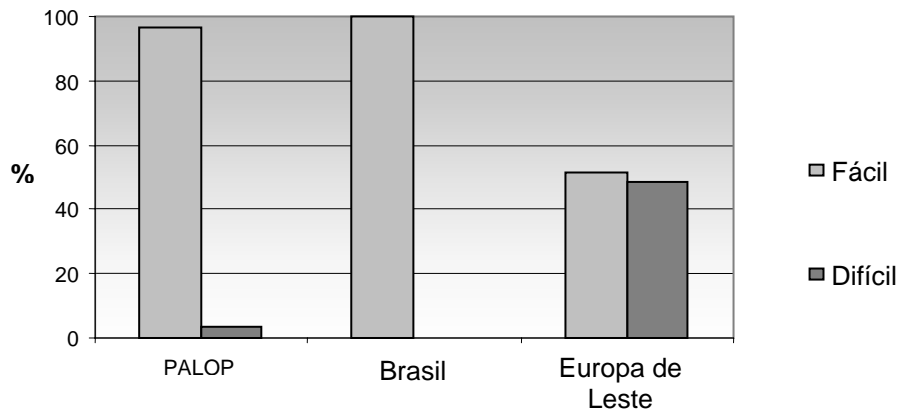
¹⁰ Notou-se alguma dificuldade no entendimento destes conceitos por parte dos imigrantes, podendo a sua resposta, ao ser duvidosa, ter enviesado os resultados.

Figura 4.3.2.1. – Integração ao nível do acolhimento por parte da população.

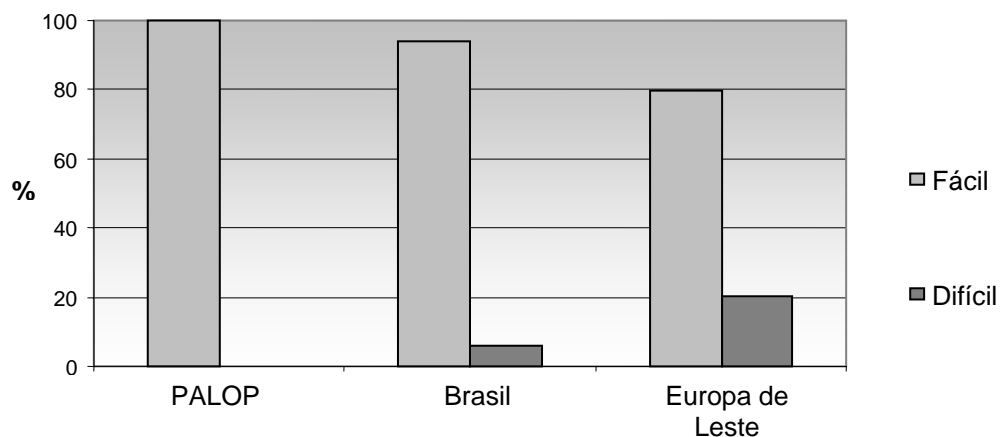


Relativamente à aprendizagem da língua, como seria de esperar, o grupo dos brasileiros não demonstrou quaisquer dificuldades na compreensão da língua portuguesa. Também os imigrantes do grupo dos PALOP, na sua grande maioria, consideraram que a sua inserção ao nível da língua foi fácil. Pelo contrário, os imigrantes oriundos dos países da Europa de Leste mencionaram sentir grandes dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa (49%). É de referir que os que responderam “fácil” a esta questão, não o fizeram convictamente, considerando ter algumas dificuldades na comunicação.

Figura 4.3.2.2. – Integração ao nível da aprendizagem da língua.



Ao nível da integração dos imigrantes relativamente ao estilo de vida na região, verificou-se que o grupo que demonstrou maiores dificuldades na adaptação, apesar de baixa, foi o da Europa de Leste (21%), contrariando o grupo dos PALOP que, na sua totalidade, referiram não ter tido quaisquer dificuldades a este nível.

Figura 4.3.2.3. – Integração ao nível do estilo de vida.

Deste modo, podemos destacar que nenhum grupo sofreu dificuldades significativas no respeitante à sua integração na região.

4.4. Perspectivas

Relativamente às perspectivas que os inquiridos têm em relação à sua permanência na região, verifica-se que os imigrantes residentes por um período de tempo inferior a um ano, não possuem ainda grandes certezas acerca das suas pretensões para o futuro. Esta incerteza diminui à medida que o tempo de residência aumenta, verificando-se que, para períodos de residência entre um e seis anos, comprova a vontade de permanecer no sector de actividade em que actualmente se encontram. Após um período superior, já se verifica um desejo acrescido de mudar de sector ou até mesmo a possibilidade de poder trabalhar na sua especialidade.

Quando questionados acerca da possibilidade de criar um negócio próprio, os indivíduos residentes na região há menos de um ano, não demonstram vontade para o fazer. Por seu lado, à medida que o tempo de residência aumenta, a vontade demonstrada também aumenta.

Numa análise mais pormenorizada, constata-se que mais de metade dos indivíduos manifestaram vontade de criar um negócio próprio (52,9%) caso recebessem algum tipo de incentivos. Destes, a maioria tem um rendimento entre 350 e 1000 euros, sendo que 48,9% criaria o seu negócio no mesmo sector de actividade onde se encontram, seguidos daqueles que formariam o negócio dentro da sua especialidade (20%) e daqueles que preferiam mudar de sector (13,3%).

Anteriormente à questão da possibilidade de criar um negócio, uma pequena percentagem de indivíduos de 6,7% manifestara vontade de formar uma empresa independentemente de receberem incentivos para tal.

5. Conclusão

Uma análise dos resultados permitiu destacar perfis específicos associados aos grupos de imigração. Foram critérios como: o sexo, a idade, a escolaridade, o estado civil, o rendimento e os hábitos de consumo que quando agregados geraram caracterizações específicas.

A observação da imigração proveniente dos PALOP, permitiu definir dois tipos de imigrante. Dadas as diferenças encontradas na maioria dos aspectos, é possível afirmar que ambos os tipos são do sexo masculino, solteiros, encontram-se em situação legal, auferem de um rendimento entre 350 e 500 euros e não possuem viatura própria.

O primeiro tipo tem entre 30 e 40 anos, possui um nível de escolaridade primário, apesar de solteiros, têm filhos e a maioria destes reside na região. Estes imigrantes vivem no Algarve há cerca de 4 a 6 anos, no concelho de Loulé, em habitação alugada e encontram-se a trabalhar no sector da construção civil. Ao nível dos hábitos de consumo, costuma adquirir os seus bens alimentares em supermercados e, produtos como vestuário e calçado, no comércio tradicional. Em termos de perspectivas, este pretende continuar a viver na região, manter-se no mesmo sector de actividade, possui algum espírito empreendedor e admite querer constituir família na região algarvia.

O segundo tipo de imigrante dos PALOP tem entre 20 e 30 anos, um nível de escolaridade secundário ou superior e não têm filhos. Reside na região há cerca de 1 a 3 anos, no concelho de Faro, em habitação alugada (nomeadamente em residências de estudantes), com o objectivo de continuar ou terminar os seus estudos. Como consumidor, este adquire os seus produtos alimentares em supermercados e, bens como vestuário/calçado e livros nos *shoppings* e hipermercados. Em relação ao futuro, este pretende continuar a viver na região, apesar de ainda não ter projectos de trabalho. É de acrescentar que este tipo também pretende constituir família na região.

O grupo de imigrantes brasileiros é constituído por uma igual proporção de homens e mulheres residentes na região, bem como uma distribuição das idades de forma homogénea. Assim sendo, o imigrante-tipo está legalizado, encontra-se na região

há cerca de 4 a 6 anos, possui o nível secundário, em termos de habilitações literárias, é casado, tem filhos e a maioria reside consigo no concelho de Loulé, em habitação alugada e não possui viatura própria. A sua ocupação profissional prende-se com os sectores da construção civil e serviços e possui um rendimento mensal entre os 500 e os 750 euros. Utiliza o supermercado e o hipermercado na compra dos seus bens alimentares e adquire produtos como vestuário/calçado e CD's/DVD's nos hipermercados e *shoppings*. Para o futuro pretende continuar a viver na região, a trabalhar no mesmo sector e, tal como o grupo dos PALOP, também possui algum espírito empreendedor.

De forma geral, o imigrante de Leste é do sexo masculino, tem entre 30 e 35 anos, possui o secundário e um determinado curso profissional, é casado, tem filhos mas estes não residem consigo em Portugal. Este indivíduo encontra-se na região há cerca de 4 a 6 anos no concelho de Loulé, habita em casa alugada, não tem viatura própria, trabalha no ramo da construção civil e tem um rendimento mensal de 750 a 1000 euros. Utiliza o supermercado na aquisição de produtos alimentares e consome outros bens como vestuário/calçado e tecnologias, utilizando hipermercados, mercados e feiras para o efeito. Dado que a sua situação legal está regularizada, este pretende continuar a viver na região, trabalhar no mesmo ramo de actividade, não demonstrando qualquer espírito empreendedor. Em relação à família, não pondera trazê-la do seu país de origem para a região.

A análise efectuada e o conjunto de considerações apresentadas ao longo deste estudo, levam-nos a concluir, no domínio da articulação entre os vários critérios definidos, a necessidade de realizar algumas intervenções tais como: a criação de um observatório dos fluxos migratórios relacionados com o trabalho, dado que um conhecimento mais rigoroso da realidade é essencial para a tomada de decisões eficazes, bem como a necessidade de existirem instrumentos de observação dos fenómenos migratórios que permitam avaliar e prever o impacto destas no mercado de trabalho nacional; a promoção de institutos de apoio ao imigrante e uma maior divulgação dos já existentes, no sentido de lhes proporcionar meios para uma melhor inserção social e de reunir informação que permita uma melhor formulação de políticas de emprego e de formação profissional; a harmonização das políticas e das práticas de concessão de vistos; a promoção da entrada dos imigrantes no sistema de segurança social, pois desta forma são lhes atribuídos direitos, que de outra forma lhes seriam

recusados, conduzindo-os a situações de exclusão social; e a formação de entidades de “desguetização” das minorias étnicas, pois existem diferenças culturais entre imigrantes e residentes nacionais que não devem constituir um factor de marginalização, mas também não devem ser ignorados, sendo que estas entidades permitiriam uma melhoria sustentada das condições de vida.

Referências Bibliográficas

BARSOTTI, O. e LECHINNI, L. (1989), “L’immigration des pays du Tiers-Monde en Italie”, *Revue Européenne des Migration Internacionales*, vol. 5, n.º 3, pp. 41- 63.

CARLEIAL, Liana (1999), “Mercados de trabalho nos anos noventa, a (des)igualdade entre norte e sul”, *Emprego e Desenvolvimento Regional: Actas do V Encontro Nacional da APDR*, Coimbra, Colecção APDR, 1ª ed., pp.117-133

Commision des Communautés Européennes (1991), Direction Générale de Émloi, des Relations Industrielles et des Affaires Sociales.

FRANÇA, L. (coord.) (1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, IED, Lisboa, p. 80.

Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal - Estudos e análises 14, Observatório do Emprego e Formação Profissional: Lisboa, Abril 2002, pp. 71 a 171.

POLÈSE, Mario (1998) *Economia Urbana e Regional – Lógica espacial das Transformações Económicas*, Colecção APDR, 1ª ed., Coimbra, pp. 163-191.

POSSIDÓNIO, Dora (1999), “Imigração e Mercado de Trabalho”, *Emprego e Desenvolvimento Regional: Actas do V Encontro Nacional da APDR*, Coimbra, Colecção APDR, 1ª ed., pp.191-198.

ROSA, Maria de Nazaré Oliveira, (2003), “Um Contributo para o Estudo da Sustentabilidade Demográfica das Regiões Portuguesas”, *Estudos Regionais – Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, publicação trimestral, n.º 4.

SALT, J. (1994), *International movements of highly skilled labour*, Paris, Working Party on Migration, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), policopiado.

WIRTH, M. e KORNER, K. (orgs.) (1991), “L’immigration de ressortissants de pays tiers dans les États méridionaux de la Communauté Européenne”, *Europe Social*, suplemento 1/91.

Sites da Internet:

<http://www.sef.pt/estatisticas.htm>

http://www.sef.pt/data/relatorios/2003/relatorio_estatistico_2003.pdf